



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 16, DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o processo PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) nº253, de 2013, que Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar
RELATOR: Senador Hélio José

26 de Abril de 2017

PARECER N^º , DE 2017

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2013 (nº 998, de 2013, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá.*

SF/17128.74192-23

RELATOR: Senador HÉLIO JOSÉ

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 253, de 2013 (nº 998, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço* para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Calçoene, Estado do Amapá. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência,

Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Entretanto, a documentação que acompanha o PDS nº 253, de 2013, informa que o diretor administrativo da entidade que se pretende outorgar, Sr. José Ribamar Pereira, é réu no Processo Criminal nº 2009.31.00.000900-0, em trâmite na 1^a Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Amapá da Justiça Federal.

Por meio de consulta ao andamento do citado processo, verificou-se que o Sr. José Ribamar Pereira foi condenado em primeira instância por crimes contra o patrimônio público e por atividades lesivas ao meio ambiente.

O processo em questão foi remetido ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 1^a Região, que, por meio de sua 3^a Turma, negou provimento à apelação, mantendo inalteradas a condenação e a dosimetria aplicadas ao réu.



SF/17128.74192-23

A condenação do dirigente da entidade por crimes contra o patrimônio público e contra o meio ambiente, proferida por órgão colegiado, é fato que impede a aprovação da outorga, por caracterizar inidoneidade moral do interessado e, dessa forma, violar o disposto no inciso 'a' do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962:

Art. 34. As novas concessões ou autorizações para o serviço de radiodifusão serão precedidas de edital, publicado com 60 (sessenta) dias de antecedência pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, convidando os interessados a apresentar suas propostas em prazo determinado, acompanhadas de:

a) prova de idoneidade moral;

.....

Diante do exposto, não estando presentes os requisitos legais indispensáveis à outorga, impossível aprovar a autorização emitida pelo Poder Executivo.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobremento da tramitação do PDS nº 253, de 2013, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO N° , DE 2016

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações, referentes à autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá:

I – o atual quadro direutivo da Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço;

SF/17128.74192-23

II – comprovação da idoneidade moral dos dirigentes da entidade.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/17128.74192-23



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 26/04/2017 às 08h30 - 6ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

| PMDB | | |
|--------------------|-----------|----------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| WALDEMAR MOKA | PRESENTE | 1. AIRTON SANDOVAL SANTANA |
| VAGO | | 2. HÉLIO JOSÉ |
| VALDIR RAUPP | PRESENTE | 3. VAGO |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | PRESENTE | 4. VAGO |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) | | |
|---|-----------|---------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| ÂNGELA PORTELA | PRESENTE | 1. GLEISI HOFFMANN |
| FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE | 2. LINDBERGH FARIAS |
| JORGE VIANA | | 3. PAULO ROCHA |
| ACIR GURGACZ | | 4. REGINA SOUSA |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) | | |
|---------------------------------------|-----------|--------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| FLEXA RIBEIRO | PRESENTE | 1. DAVI ALCOLUMBRE |
| RICARDO FERRAÇO | | 2. VAGO |
| JOSÉ AGRIPIINO | | 3. VAGO |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) | | |
|--|-----------|-------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| OMAR AZIZ | PRESENTE | 1. GLADSON CAMELI |
| OTTO ALENCAR <i>PRESIDENTE</i> | PRESENTE | 2. IVO CASSOL |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) | | |
|--|-----------|----------------------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | 1. LÍDICE DA MATA |
| VAGO | | 2. CRISTOVAM BUARQUE |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) | | |
|---|------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| VAGO | 1. PEDRO CHAVES | PRESENTE |
| MAGNO MALTA | 2. EDUARDO LOPES | |

Não Membros Presentes

RONALDO CAIADO
VICENTINHO ALVES

| |
|--|
| SENADO FEDERAL |
| Comissão de Ciência e Tecnologia - CCT |
| Confere com o original |
| Em <u>26/04/2017</u> |
| <i>Egli</i> |

Egli Luciano Moreira
Secretária da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática

DECISÃO DA COMISSÃO
(PDS 253/2013)

EM REUNIÃO REALIZADA NESTA DATA, APÓS A LEITURA DO RELATÓRIO, ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DE AUTORIA DO SENADOR HÉLIO JOSÉ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCT, PELO SOBRESTAMENTO DO PROJETO NOS TERMOS DO ART. 335 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, E PELA APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

26 de Abril de 2017

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática